



Senadores analisam instalação de 4 novas CPIs neste semestre

Além da CPI dos Maus-Tratos, já em andamento, poderão ser criadas comissões de inquérito sobre reajustes de planos de saúde, preço de combustíveis, salários de servidores e venda da Eletrobras

O Senado poderá ter cinco comissões parlamentares de inquérito em funcionamento neste semestre. Uma delas, a CPI dos Maus-Tratos, está em andamento desde 2017 e poderá ser prorrogada até o fim deste ano. E há requerimentos de senadores para a instalação de outras quatro comissões.

Foram lidos em Plenário os pedidos de criação de três CPIs. A primeira, proposta por Lídice da Mata, pretende investigar os reajustes dos planos de saúde em taxas acima da

inflação. Outra, defendida por Hélio José, deverá tratar da tentativa de privatização da Eletrobras pelo governo. Os supersalários de servidores públicos são tema de um terceiro pedido de CPI, assinado por Renan Calheiros. As comissões aguardam a instalação.

Os senadores poderão criar ainda uma CPI para investigar a política de reajuste de preços de combustíveis adotada pela Petrobras. O pedido, apresentado por Vanessa Graziotin, ainda não foi lido em Plenário. **3**



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, com as senadoras Vanessa (E) e Lídice, autoras de pedidos de criação de CPIs

Waldemir Barreto/Agência Senado — 11/7/2018

Casa tem primeira mulher à frente de licitações

Entra em vigor Política Nacional de Leitura e Escrita

Lei regulamenta profissão de corretor de moda

19 de outubro será o Dia Nacional do Leiloeiro

Ronaldo Cunha Lima dá nome a rodovia na Paraíba

2

Congresso aguarda fim de ação no RJ para voltar a avaliar PECs

Os senadores continuaram apresentando novas propostas de emenda à Constituição, apesar de suspensas a discussão e a votação de PECs enquanto durar a intervenção federal no Rio de Janeiro. Entre elas, a que legitima a prisão em segunda instância. A intervenção também

suspendeu a tramitação de 536 PECs no Senado. A intervenção foi prevista para acabar em 1º de janeiro de 2019, podendo ser prorrogada. No entanto, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, espera que a data seja antecipada para que a análise das PECs possa ser retomada. **4**



Simone na CCI: com fim da intervenção, novas PECs vão para o colegiado

Peдро Franco/Agência Senado — 16/5/2018

Propostas sobre segurança avançaram neste ano

Propostas para tentar reduzir a violência no país, que registra 30 assassinatos a cada 100 mil habitantes, têm sido tratadas com prioridade pelo Congresso neste ano. No primeiro semestre, Câmara e Senado aprovaram a criação do Sistema Único de Segurança Pública. Até o fim do ano, devem ser votadas a instalação obrigatória de bloqueadores de celulares em presídios e a construção de colônias agrícolas penais para presos de menor potencial ofensivo, entre outras propostas. **3**



Forças Armadas fazem operação em comunidades do Rio, sob intervenção federal

Tânia Régio/Agência Brasil

Cultura e esporte terão mais verbas de loterias

Medida provisória publicada ontem aumenta o percentual da arrecadação das loterias destinado às áreas de cultura e esporte.

O Fundo Nacional de Cultura deve receber R\$ 443,2 milhões em 2019, prevê o Ministério da Cultura. **4**

MP restringe subsídio a diesel de uso rodoviário

O Congresso recebeu medida provisória que prorroga até o fim do ano o subsídio do óleo diesel negociado durante a greve dos caminhoneiros. A MP restringe o subsídio ao diesel rodoviário, usado por caminhões e máquinas agrícolas. **4**

Senado lança publicação internacional

O Senado lançou um boletim internacional com informações sobre gestão e desenvolvimento de servidores da Casa. Publicado em português, inglês e espanhol, o boletim é destinado a parlamentos, embaixadas e órgãos da ONU. **2**

Senado lança publicação internacional sobre gestão

Produzido em português, inglês e espanhol, o boletim divulga para organizações no exterior informações sobre a administração da Casa, como ações destinadas ao desenvolvimento de servidores

O SENADO CONTA agora com um boletim internacional que reúne informações sobre a administração da Casa, como as ações em prol da melhoria da gestão e do desenvolvimento dos servidores. Lançada em 25 de julho, a publicação será enviada a diversas instituições internacionais.

Iniciativa concebida pela diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, o boletim surgiu após a formação de uma rede de contatos com representantes de diferentes parlamentos presentes na

Conferência de Diretores-Gerais e Secretários-Gerais dos Parlamentos, realizada em fevereiro em Israel.

Produzido em português, espanhol e inglês, o trabalho visa difundir as melhores práticas de gestão desenvolvidas no Senado para o máximo de parceiros estrangeiros, como parlamentos de países-membros do Mercosul, dos países de língua portuguesa e dos países da União Europeia.

Segundo a assessora técnica da Diretoria-Geral do Senado Marília Serra, o boletim também será encaminhado a

embaixadas e a organismos da ONU.

— Estabelecemos contato com os gestores de parlamentos da União Interparlamentar [UIP], com embaixadas em Brasília e com organismos internacionais, entre os quais a Organização das Nações Unidas e a ONU Mulheres — afirmou.

Boletim internacional em português: <http://bit.ly/Senado-PT>
Boletim internacional em inglês: <http://bit.ly/Senado-EN>
Boletim internacional em espanhol: <http://bit.ly/Senado-ES>

Casa tem primeira mulher na função de pregoeira

A servidora Paula Parente Cantuaria Ramos passou ontem a fazer parte da equipe de pregoeiros do Senado. Ela é a primeira mulher a trabalhar no setor, responsável pela condução dos processos licitatórios da Casa. Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Comissão Permanente de Licitação (Copeli), Paula Ramos afirma que ser a primeira mulher na função mostra que a Diretoria-Geral do Senado vê hoje com maior atenção a questão da equidade.



A servidora Paula Ramos será a primeira mulher a fazer parte da equipe

Pregoeiro é o servidor responsável pela condução do certame licitatório, seguindo os critérios definidos no edital para encontrar a proposta mais vantajosa para a administração pública, mantendo sempre a isonomia entre os licitantes e a transparência.

— Hoje quase todas as contratações do Senado são reali-

zadas por pregão eletrônico. O pregoeiro abre o pregão, vê as propostas existentes e inicia a fase de lances. Depois realiza a habilitação das empresas, verifica documentação, até adjudicar o objeto da licitação ao vencedor — resume.

Para ser um pregoeiro, o servidor deve ter conheci-

mentos na área de direito administrativo, especialmente sobre licitações e contratos. De acordo com Paula Ramos, esse é um trabalho que também exige responsabilidade, atenção, capacidade de negociação, temperamento equilibrado e sensatez para lidar com diversas situações de conflito.

Prazo de MP dos migrantes venezuelanos expirou

Encerrou-se no mês passado o prazo de vigência da medida provisória que abriu o crédito extraordinário de R\$ 190 milhões para assistência a migrantes da Venezuela.

O texto da MP 823/2018

chegou a ser aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, mas não foi analisado pelos Plenários da Câmara e do Senado. Quando o prazo de uma medida vence, a comissão deve elaborar um projeto de decreto

legislativo que discipline as relações jurídicas estabelecidas durante a vigência da MP. Caso o decreto não seja editado em até 60 dias, ficam mantidas as relações jurídicas constituídas e decorrentes da vigência.

Começa a vigorar a Política Nacional de Leitura e Escrita

A lei que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita foi publicada no *Diário Oficial da União* e já está em vigor.

A política terá como diretrizes a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas. A implantação, segundo o texto da Lei 13.696, ficará a cargo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Sociedade civil e instituições privadas também deverão participar.

A lei tem origem no PLS 2012/2016, de Fátima Bezerra (PT-RN). A senadora defende a leitura como chave para o desenvolvimento e a mobilidade social.

“Com leitura são formados cidadãos mais críticos, autônomos e mais bem qualificados; são construídas organizações e instituições — públicas ou privadas e do terceiro setor — mais eficientes, eficazes, inovadoras e responsáveis”, afirma Fátima na justificativa do projeto.

Sancionada lei que regulamenta a profissão de corretor de moda

Foi sancionada a Lei 13.695, que regulamenta a profissão de corretor de moda. A atividade consiste em facilitar compras de lojistas, consumidores e revendedores do setor de confecções, calçados e bolsas. A lei é decorrente do PLC 200/2015, do deputado Adail Carneiro (Pode-CE).

O profissional deverá ter concluído o ensino médio e o curso específico de corretor de moda. De acordo com a nova lei, também será garantido o exercício da profissão aos corretores de moda que já estavam no mercado um ano antes da publicação do texto.

Dia Nacional do Leiloeiro será comemorado em 19 de outubro

O Dia Nacional do Leiloeiro será comemorado anualmente em 19 de outubro. É o que estabelece a Lei 13.692, publicada no *Diário Oficial da União*.

O ex-senador Sodré San-

toro, autor do PLS 118/2013, que deu origem à norma, explica no projeto que o dia escolhido faz referência à publicação da regulamentação da profissão, feita em 19 de outubro de 1932.

Rodovia na Paraíba ganha nome de Ronaldo Cunha Lima

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de 11 de julho a Lei 13.694, que denomina Rodovia Governador Ronaldo Cunha Lima o trecho da BR-104 entre o município de Nova Floresta, na Paraíba, e a divisa com Pernambuco.

A rodovia também é conhecida como Caminho do Forró, ligando Campina Grande (PB) e Caruaru (PE), cidades que promovem grandes festas juninas a cada ano.

A lei tem origem no PLS 692/2015, projeto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), filho do homenageado.

Ronaldo Cunha Lima, que morreu em 2012, foi advogado, poeta e representou os paraibanos como deputado estadual, governador, deputado federal e senador. Segundo Cássio, seu pai tinha como lema “fazer política como sacerdócio, jamais como negócio”.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senado poderá ter 5 CPIs em funcionamento

Além da CPI dos Maus-Tratos, já em andamento, podem ser criadas comissões para investigar planos de saúde, salário de servidores, preços de combustíveis e venda da Eletrobras

O SENADO PODERÁ ter cinco comissões parlamentares de inquérito em funcionamento neste semestre. Uma delas, a CPI dos Maus-Tratos, já está em ação e pode ser prorrogada. As demais — sobre planos de saúde, privatização do setor elétrico, supersalários de servidores públicos e preços de combustíveis — foram requeridas por senadores e aguardam a instalação.

Já foram lidos no Plenário do Senado requerimentos para dar início às frentes investigativas sobre planos de saúde, setor elétrico e salários de servidores. As novas CPIs aguardam, no entanto, a instalação oficial. Depois desse procedimento, com indicação do presidente e do relator, os líderes partidários devem nomear seus integrantes.

Apresentado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o pedido de criação de CPI sobre a política de reajuste de preços de combustíveis adotada pela Petrobras ainda não foi lido em Plenário, ato que oficializa a criação da comissão. O assunto ganhou relevância após a greve dos caminhoneiros contra os preços do óleo diesel. A Petrobras segue o valor internacional do barril de petróleo para balizar o preço da gasolina e do diesel, mesmo com a elevada produção nacional.

A senadora defende uma investigação de curto prazo e com análises restritas à formação de preços, sem adentrar questões na alçada da Operação Lava Jato.

— Só há uma forma de abrir a caixa-preta da Petrobras: através de uma comissão parlamentar de inquérito. Nenhuma



Lídice (E) defende CPI sobre aumento nos planos de saúde, enquanto Vanessa questiona preços de combustíveis

outra comissão, dispositivo regimental, requerimento, o que for, terá a possibilidade legal de acessar os reais dados da Petrobras para que se possa mostrar à população o que os técnicos já dizem, que é um abuso essa política de preços.

Reajustes de planos

O requerimento de criação da CPI para investigar os reajustes de preços dos planos de saúde autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) teve Lídice da Mata (PSB-BA) como primeira signatária. Segundo a senadora, a atuação da ANS vem beneficiando os interesses das operadoras dos planos em detrimento dos consumidores, ao permitir aumentos muito superiores aos índices oficiais de inflação.

— Em 2016, a inflação medida pelo IPCA foi de 6,28%. Entretanto, a ANS autorizou um aumento de 13,57%. E em 2017, para uma inflação de

2,9% pelo IPCA, a ANS autorizou um aumento de 13,55% — explicou a senadora.

A criação de CPI para investigar a tentativa de privatização da Eletrobras pelo governo foi proposta por Hélio José (Pros-DF). Na opinião do senador, o governo não conseguiu justificar os benefícios que a sociedade terá com a privatização de ativos públicos estratégicos. Ele acredita que o aumento da tarifa será inevitável com a venda da Eletrobras, o que prejudicará todos os usuários.

O requerimento de criação da CPI dos Supersalários, apresentado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), foi lido em Plenário em setembro de 2017, mas até agora não houve a indicação de presidente, relator e integrantes. A intenção do senador é analisar o pagamento de salários acima do teto constitucional para servidores e empregados da administração pública.

A comissão deve promover

a investigação em todos os Poderes e órgãos independentes, além de empresas públicas e sociedades de economia mista, como a Caixa e o Banco do Brasil. Um dos focos é o recebimento disfarçado de verbas de natureza indenizatória.

Maus-tratos

Já prorrogada uma vez, a CPI dos Maus-Tratos tem previsão de encerramento em 18 de agosto. O presidente do colegiado, Magno Malta (PR-ES), já demonstrou, contudo, interesse em estendê-la até o fim do ano. Para isso, é necessário o apoio de pelo menos 27 parlamentares.

— Penso que há tanta demanda nesta CPI que valeria a pena renovar o seu prazo, mas temos muita resistência nesta Casa — afirmou.

Criada em agosto de 2017 para investigar casos de pedofilia, violência e abuso contra crianças em ambiente doméstico e em creches e

escolas, além de crimes como abandono, trabalho infantil, maus-tratos físicos, psicológicos e intelectuais e negligência, a CPI ouviu envolvidos em casos rumorosos, como os responsáveis pela exposição *Queermuseu — cartografias da diferença na arte brasileira*, que causou polêmica por conter nudez e não haver classificação indicativa de idade. Malta acabou sugerindo proposição que impõe a classificação indicativa por faixa etária para exposições, a cargo do Ministério da Justiça (PLS 506/2017), mas reforçou que a intenção é proteger as crianças, e não criminalizar a arte.

Outro caso abordado foi o do ex-técnico da seleção brasileira de ginástica olímpica Fernando de Carvalho Lopes, acusado de abusos sexuais de atletas.

Até o momento, uma das principais ações da comissão foi a elaboração de três cartilhas de prevenção contra o suicídio, a automutilação e o bullying e o cyberbullying.

Além da proposta sobre a classificação indicativa em exposições, Malta apresentou, em nome da CPI, mais dois projetos: o que cria normas de segurança e de medicina do trabalho para profissionais que atuam em escolas (PLS 507/2017) e o que obriga a notificação do conselho tutelar sobre casos de suspeita de automutilação de crianças e adolescente (PLS 508/2017).

Outras 26 minutas de projetos foram propostas por Malta e pelo relator da CPI, senador José Medeiros (Pode-MT). As minutas precisam ser aprovadas pela comissão para tramitar no Senado como projetos.

Pauta de segurança pública deve continuar avançando este ano

O Congresso neste ano tem se dedicado a propostas para tentar reduzir a violência, que registra no Brasil 30 assassinatos para cada 100 mil habitantes, de acordo com o *Atlas da Violência 2018*. Antes mesmo da divulgação do estudo elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Câmara e Senado aprovaram a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), considerado por Eunício como o mais importante de uma série de projetos que avançaram no primeiro semestre do ano.

“Preservar a integridade física do cidadão é a primeira obrigação do Estado”, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira, na abertura do ano legislativo de 2018.

Aprovado em 16 de maio pelo Senado, o Susp passou a valer em 12 de junho depois da sanção do presidente Michel Temer. A expectativa é que com a Lei 13.675/2018, originada do PLC 19/2018, as instituições de segurança federais, estaduais e municipais atuem de forma integrada e compartilhem dados para combater a criminalidade.

Foram criadas medidas para unificar bases de dados sobre ocorrências criminais, metas para a unificação dos cursos de formação policial e a previsão de que estados e municípios precisarão elaborar planos de segurança pública para receber recursos da União.

Vítimas

Na abertura do ano legislativo, em fevereiro, o presidente do Senado classificou a situação de insegurança em todo o

país como uma “nuvem cinza que turva os horizontes do Brasil”. Segundo ele, o cenário chegou ao ponto de haver raríssimas famílias capazes de dizer que não conhecem uma pessoa vítima de algum tipo de violência.

A reforma da segurança pública inclui medidas pontuais que podem, segundo Eunício, ajudar na redução efetiva da criminalidade. Ele defendeu a instalação obrigatória de bloqueadores de celulares em presídios (PLS 32/2018 — Complementar) e a construção de colônias agrícolas penais para presos de menor potencial ofensivo (PLS 63/2018). As duas propostas — a primeira do próprio Eunício e a segunda de Eduardo Braga (MDB-AM) — foram aprovadas pelo Senado e seguiram para avaliação dos deputados.

O PLS 580/2015, de Waldemir Moka (MDB-MS), que obriga o preso a ressarcir o Estado pelos gastos com sua manutenção no presídio, recebeu 16 votos favoráveis e 5 contrários na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Um recurso exige que o projeto passe também pelo Plenário do Senado, onde está pronto para deliberação, antes de ir para a Câmara.

A contribuição do Congresso para reforçar a segurança no país passou também pela aprovação da Lei 13.690, de 2018, que criou o Ministério da Segurança Pública. Responsável por comandar todos os órgãos federais de policiamento, a nova pasta passou a ter caráter permanente, e não mais extraordinário, conforme o texto aprovado no Senado (PLV 16/2018). Avançou ainda

a Medida Provisória 840/2018, que criou 164 cargos destinados ao Ministério de Segurança Pública. O texto, aprovado pela comissão mista no dia 10 de julho, depende agora de confirmação dos Plenários da Câmara e do Senado.

Intervenção

Antes de entrar em recesso, o Senado também aprovou medidas provisórias que criam cargos e destinam recursos para a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. A MP 826/2018 estabelece a criação do cargo de interventor federal no Rio de Janeiro na estrutura do Poder Executivo e mais 66 cargos em comissão e funções comissionadas para o gabinete. Já a MP 825/2018 destina R\$ 1,2 bilhão para custear as atividades do Gabinete de Intervenção.

PECs esperam fim de intervenção para avançar

Apesar de suspensas a discussão e a votação de emendas à Constituição enquanto durar a intervenção federal no Rio de Janeiro, senadores continuaram apresentando PECs

A INTERVENÇÃO FEDERAL no Rio de Janeiro suspendeu a discussão e a votação de 536 propostas de emenda à Constituição no Senado. Apesar disso, os senadores continuam apresentando propostas.

Uma das PECs apresentadas após o decreto da intervenção (assinado em 16 de fevereiro e confirmado pelo Congresso em 21 de fevereiro) legitima a prisão em segunda instância, acaba com a competência da Câmara e do Senado de deliberar sobre a manutenção da prisão em flagrante de parlamentar e de sustar o andamento de processos contra parlamentares por crimes ocorridos após a diplomação (PEC 13/2018).

Outras propostas apresentadas no período tratam de assuntos como a atribuição da Mesa para manter a ordem e a disciplina nas dependências da Câmara e do Senado (PEC 5/2018), de mudanças nas regras de perda da nacionalidade brasileira (PEC 6/2018), da inclusão dos servidores dos ex-territórios do Amapá, Roraima e Rondônia na folha de pagamento federal

(PEC 7/2018) e da competência para legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária (PEC 8/2018).

Também foram recebidas propostas proibindo partidos vitoriosos em duas eleições consecutivas para cargo executivo de registrar candidatos na terceira eleição para o mesmo cargo (PEC 9/2018), fixando percentual da receita corrente líquida destinado ao esporte (PEC 10/2018), elevando para 70 anos a idade máxima para nomeação de ministros do Judiciário (PEC 11/2018) e garantindo aos órgãos da administração pública a utilização dos recursos provenientes de captação própria (PEC 12/2018).

Cada uma dessas PECs foi lida em Plenário e aguarda tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) quando terminar a intervenção no Rio de Janeiro.

Interrupção

Das propostas que já estavam em tramitação quando o decreto foi assinado, 82 estavam prontas para deliberação do Plenário, como a PEC 118/2011,

do então senador Pedro Taques. A proposta proíbe o contingenciamento de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Isso significa que tudo que o Orçamento da União destinar aos projetos aprovados para a área nos estados e nos municípios deverá ser integralmente repassado.

O FNSP foi criado em 2001 e destina-se a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias, sistemas de inteligência, modernização da polícia técnica, programas de polícia comunitária e prevenção ao crime, entre outras iniciativas estaduais e municipais.

Também está suspensa a PEC da Reforma Política que dá fim à reeleição e permite a volta das doações empresariais a campanhas eleitorais, entre outras medidas (PEC 113A/2015). Outras propostas de reforma no sistema político incluem o estabelecimento do voto distrital puro (PEC 9/2015), a representação proporcional por sexo em cargos na Câmara e no Senado (PEC 38/2015), a aceleração da tramitação de projetos de iniciativa popular

(PEC 8/2016), a mudança nas regras para edição de medidas provisórias (PEC 111/2015), a obrigatoriedade do afastamento do chefe do Executivo candidato a reeleição (PEC 48/2012) e a realização de eleição direta em caso de afastamento do presidente da República até o terceiro ano de mandato (PEC 67/2016).

Ainda aguardam votação PECs como a que torna imunes à tributação os medicamentos de uso humano (PEC 2/2015); a que institui adicional de periculosidade para policiais (PEC 58/2015); a que regula a competência para legislação sobre concursos públicos (PEC 75/2015); a que torna obrigatória a divulgação da remuneração de servidores públicos (PEC 3/2012); e a que introduz o acesso à internet como direito social (PEC 6/2011).

Antecipação

O texto constitucional não pode sofrer emendas durante a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Logo depois de iniciada a medida

no estado do Rio de Janeiro, os presidentes do Senado e da Câmara determinaram a paralisação de todas as PECs nas duas Casas.

A intervenção foi prevista para se estender até 1º de janeiro de 2019, podendo ser prorrogada. No entanto, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, expressou sua expectativa de que o fim da intervenção seja antecipado para que a tramitação das PECs possa ser retomada no Congresso.

A Secretaria de Informação Legislativa, vinculada à Secretaria-Geral da Mesa, atualiza permanentemente as informações sobre as propostas em tramitação.

O internauta ainda pode opinar por meio de consulta pública disponível sobre todas as propostas legislativas apresentadas no Senado. E também pode cadastrar-se para receber notificações, por e-mail, sempre que houver mudança na situação da proposta.

Veja as propostas em tramitação <http://bit.ly/pesquisaMaterias>



Medida fez parte da negociação com caminhoneiros grevistas, em maio

Nova MP restringe subsídio ao óleo diesel de uso rodoviário

O Congresso recebeu ontem a Medida Provisória 847/2018, que mantém até o fim do ano o subsídio ao óleo diesel negociado pelo governo com os caminhoneiros autônomos em maio, durante a greve que provocou uma crise de abastecimento. A MP, no entanto, restringe o subsídio ao diesel rodoviário, que é usado por caminhões, ônibus, caminhonetes e máquinas agrícolas.

O subsídio foi instituído pela MP 838/2018 como parte do acordo para encerrar a paralisação dos caminhoneiros.

O texto não fez distinção de tipo de diesel, o que acabou levando o governo a subvencionar outras modalidades do combustível, como a marítima e a usada na geração de energia elétrica e no transporte ferroviário.

O valor do subsídio é o mesmo previsto na MP 838, de R\$ 0,30 por litro, e destinado aos comercializadores (produtor e importador) do combustível. O objetivo final do governo é reduzir em R\$ 0,46 o preço do diesel na bomba.

Os produtores e importadores interessados em receber o subsídio deverão autorizar a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a obter as informações relativas à comercialização e à importação de óleo diesel junto à Receita Federal.

A MP 847/2018 será analisada agora em uma comissão mista. O relatório aprovado segue para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Com Agência Câmara

Cultura e esporte podem ter mais verba de loteria

O governo decidiu rever a divisão dos recursos arrecadados com loterias federais determinada pela Medida Provisória 841/2018, em discussão no Congresso. A nova distribuição está na MP 846/2018, publicada ontem.

O texto amplia de 2,87% para 2,92%, em 2018, e de 0,5% para 2,91% a partir de 2019, o percentual da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos, como MegaSena e Quina, destinado ao Fundo Nacional de Cultura (FNC). Também destina ao fundo 0,4% da arrecadação com Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex). A MP 841 não havia direcionado recursos desta loteria para o FNC.

Segundo o Ministério da Cultura, com as alterações, o FNC receberá em 2019 cerca de R\$ 443,2 milhões, quase seis vezes mais do que o valor previsto com base na MP 841.

No caso do esporte, há uma redivisão entre o ministério e as confederações esportivas. A participação do ministério nas loterias de prognósticos numéricos sobe de 3% para 3,5% em 2018, e de 0,66% para 3,53% a partir de 2019. A pasta também recebeu um reforço da Lotex, que vai destinar 0,9% para o esporte.

Parte do valor arrecadado com loterias federais já era transferida, por determina-

ção legal, a programas sociais do governo e entidades. Os recursos são destinados à educação, cultura, saúde, esporte e segurança.

A MP 841/2018 foi publicada em junho com o objetivo de ampliar os recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Com as mudanças feitas pela nova medida provisória, o fundo teve a sua parcela na arrecadação da loteria reduzida.

Além da cultura e do esporte, a MP 846/2018 retornou os recursos destinados à Cruz Vermelha e à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes). As duas entidades vão receber, alternadamente, a renda líquida de dois concursos por ano das loterias esportivas.

A MP 841/2018 havia revogado as leis que permitiam que as entidades recebessem recursos de loterias (respectivamente, Lei 6.905, de 1981 e Lei 9.092, de 1995).

A nova medida provisória também beneficia com recursos das loterias entidades que haviam sido excluídas pela primeira MP, como o Comitê Brasileiro de Clubes, a Confederação Brasileira do Desporto Escolar, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário e a Confederação Nacional dos Clubes.

A MP 846 contém outros dispositivos importantes. O texto determina que os recursos das loterias que forem destinados aos comitês esportivos serão aplicados exclusivamente em projetos esportivos, manutenção e locomoção de atletas, capacitação profissional, participação em eventos e custeio administrativo, conforme regulamentação do Ministério do Esporte.

As entidades informarão ao governo sobre os programas e projetos desenvolvidos. Anualmente, o Ministério do Esporte publicará um relatório sobre a aplicação dos recursos, que será objeto de deliberação do Conselho Nacional do Esporte (CNE), órgão de assessoramento do ministério. Todos os recursos repassados serão fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A medida provisória estabelece ainda que a contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais para os atletas será coberta pelos recursos que as entidades receberão das loterias.

A MP 846/2018 será analisada agora em uma comissão mista. O relatório aprovado segue para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Com Agência Câmara